

Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social

Conceição Nogueira¹
Universidade do Minho

RESUMO – O conceito de discurso, assim como a Análise do Discurso têm tido um papel crescente nas ciências sociais contemporâneas. Este crescimento faz-se sentir quer através do aumento de número de estudos, em diferentes disciplinas, que utilizam os seus conceitos e métodos, quer através da extensão do seu desenvolvimento. Neste artigo pretende-se apresentar algumas concepções de Análise do Discurso mais usadas na psicologia social contemporânea. Começa-se por apresentar em primeiro lugar algumas das influências inspiradoras para a virada linguística na psicologia social, que justificam o aparecimento deste campo cada vez mais amplo da Análise do Discurso. Por fim, faz-se a apresentação de quatro concepções distintas dando particular atenção às duas últimas, nomeadamente à Psicologia Discursiva e à Análise Crítica do Discurso.

Palavras-chave: análise do discurso; discursos; viragem linguística; psicologia social.

Discourse(s) Analysis. Different Conceptions in Research Practices of Social Psychology

ABSTRACT – The concept of Discourse, as well as Discourse Analysis, have been an increasing role in contemporary social sciences. This growth emerges not only from the growing number of studies based on these concepts and methods, but also through the extension of their development. In this article we intend to present some conceptions of Discourse Analysis which are most used in the contemporary social psychology. We begin to present in first place some of the inspiring influences for the linguistic turn in social psychology that can justify the appearing of the larger and larger field of Discourse Analysis. At last, we present four distinguished Discourse Analysis conceptions, giving particular attention to the last ones namely Discursive Psychology and the Critical Discourse Analysis.

Key words: discourse analysis; discourses; linguistic turn; social psychology.

Como as autoras Marianne Jorgensen e Louise Phillips referem no início do seu livro *Discourse Analysis as Theory and Method* (2002) nos últimos 10 anos o “discurso” tem sido um termo da moda. Ele tem sido usado quer em textos científicos quer em debates, mas frequentemente fica por definir. O termo acabou por se tornar vago ou pelo contrário muito preciso, mas frequentemente representando concepções diferentes. Investigadores de disciplinas tão diversas como a antropologia, a sociologia, a história, a psicologia social, os estudos de género, a teoria política ou a teoria literária entre outras, têm usado o conceito de discurso, e a Análise do Discurso (AD) para definir e interpretar problemas nos seus domínios respectivos.

Pode-se dizer que a “geografia” do terreno discursivo é complexa, por vezes composta por pressupostos radicalmente incompatíveis (ver por exemplo, Wetherell, Taylor & Yates, citados por Antaki, Billig, Edwards & Potter, 2003), por isso sob o mesmo nome de AD coexistem perspectivas múltiplas com “*características e procedimentos também diferentes*” (Iñiguez, 2004, p. 53).

Independentemente da diversidade conceptual, existem algumas razões que explicam o crescimento deste termo e domínio. Apesar das razões para este desenvolvimento serem complexas, podem-se enumerar essencialmente dois factores

relacionados (Howarth, 2000). Em primeiro lugar, a insatisfação com as abordagens positivistas e tradicionais nas ciências sociais, que se fizeram repercutir a meio dos anos 1960 no que Gergen (1982) denomina de “crise na psicologia social” e, por consequência, o enfraquecimento da sua influência hegemónica nas ciências sociais. Em segundo lugar, e em consequência do crescente interesse por perspectivas alternativas tais como a Teoria Crítica, o pós-estruturalismo, a crítica social e o pós-modernismo (influências teóricas que abordaremos de forma sucinta adiante neste artigo) que, em interligação, são responsáveis pela “viragem linguística” nas ciências sociais (Wood & Kroger, 2000). Este “*giro linguístico*” (Gracia, 2004, p.46) é uma expressão que nos anos 1970 e 1980 começou a tornar-se moda e que servia para designar a mudança no papel atribuído à linguagem, que por influências várias acontecidas desde o princípio do século XX, deixa de ser encarada como um simples meio para traduzir ou expressar o pensamento e passa a ser concebida como um instrumento para a própria constituição das ideias em si mesmas.

No entanto, apesar de todo este crescimento e desenvolvimento não existe uma configuração ou explicação geral sobre a forma como as teorias e os métodos² da AD podem ser aplicadas. É importante referir desde já que a AD é simultaneamente Teoria e Método(s). Implica uma perspectiva

1 Endereço: Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Campus Universitário de Gualtar, Universidade do Minho, Braga, Portugal 4700. E-mail: cnog@iep.uminho.pt

2 É importante enfatizar que Análise do Discurso é simultaneamente teoria e método. Do ponto de vista metodológico não será possível utilizar os seus princípios, se desenquadrados da perspectiva epistemológica subjacente.

sobre a natureza da linguagem e da sua relação com questões centrais das ciências sociais. Mais especificamente, a AD representa um conjunto relacionado de abordagens ao discurso, abordagens que acarretam não só práticas de recolha de dados e de análise (questões metodológicas) mas também um conjunto de assunções metateóricas e teóricas. Por exemplo, a recolha dos dados e a análise são uma parte vital da AD, mas, por si só, não constituem a sua globalidade. Enquanto método tem semelhanças com outras abordagens qualitativas (Denzin & Lincoln, citados por Iñiguez, 2004) e sob o rótulo geral de AD tem-se estudado temas tão diversos como as interacções quotidianas, a memória, o pensamento, as emoções assim como problemas sociais como a exclusão social, o género ou o racismo (para uma revisão mais extensa destes estudos ver trabalhos citados em Potter, Wetherell, Gill & Edwards, 2002).

Assim, a AD não é simplesmente uma alternativa às metodologias convencionais: é essencialmente uma alternativa às perspectivas nas quais essas metodologias estão imbuídas (Taylor, 2001), isto é, é uma alternativa ao positivismo, ao pós-positivismo e às suas perspectivas epistemológicas no geral.

Apesar da AD mais difundida se basear em textos escritos, tais como, documentos, cartas, entrevistas, artigos de jornais, etc., esta não se aplica unicamente à linguagem escrita, mas a qualquer padrão de significado, seja ele visual ou espacial, e portanto pode referir-se a textos visuais, tais como a televisão, o cinema, a banda desenhada, etc. Pode, ainda, referir-se a textos físicos, nomeadamente cidades, jardins ou mesmo corpos (Willig, 1999). Oferece rotas para o estudo dos significados, uma forma de investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a acção social, os padrões de significação e representação que constituem a cultura. Permite uma série de abordagens aos “dados” e, mais importante, um conjunto de teorizações a esses mesmos dados (Wetherell, Yates & Taylor, 2001). É melhor compreendida como um campo de pesquisa do que como uma simples prática sendo possível identificar diferentes abordagens/concepções (Taylor, 2001).

Contudo, antes de se apresentarem algumas dessas concepções importa referir algumas das fontes principais que originaram a “viragem linguística” na psicologia social e que estão na base de praticamente todas as diferentes concepções de AD. Nem todas as influências estão aqui representadas. Contudo, apesar dessa possível lacuna, estas influências que se apresentam são seguramente fontes essenciais para a AD conforme hoje a conhecemos e representam algumas das razões que justificam e pelas quais se pode compreender a importância da viragem linguística e discursiva. Estas influências não podem ser lidas e analisadas de forma interdependente. Elas vão ser apresentadas de forma separada, apenas por razões de ordem prática. Todas elas estão interligadas e são no seu conjunto fundamentos essenciais para qualquer modalidade de AD que se conhece.

Algumas das Influências Teóricas que Justificam a “Viragem Linguística” na Psicologia Social

O movimento pós-moderno, a emergência do pós-estruturalismo, as ideias provenientes da Teoria Crítica e da crítica social podem considerar-se quatro das maiores influências para a viragem linguística nas ciências sociais e na psicologia social em particular e consequentemente e para o nascimento

da AD enquanto teoria e método. Todas estas abordagens surgiram na sequência das críticas à ciência moderna e ao positivismo de uma forma geral, assim como ao interesse crescente pelo papel da linguagem fazendo com que hoje se possa dizer que “a linguagem, o discurso e o conhecimento são essencialmente sociais” (Van Dick, 2004, p. 9)

O pós-modernismo

O pós-modernismo tomou conta e aparece frequentemente nas ciências sociais de hoje. O livro de Jean-François Lyotard *A Condição Pós-moderna* (1989) é um referencial importante para todo o debate. Para Lyotard (1989), o pós-modernismo substancia uma condição geral da civilização ocidental contemporânea, onde as “grandes narrativas da legitimação” já não são possíveis e “designa o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do século XIX” (p. 11). Ele situa estas transformações relativamente ao que ele designa por crise das narrativas. Como o domínio social é heterogéneo e não totalizável, a legitimação quer epistemológica quer política não pode residir nas meta-narrativas filosóficas, nem a mudança social se pode basear na descoberta e consequente alteração das estruturas subjacentes da vida social. Existem agora muitos discursos de legitimação dispersos entre uma pluralidade de práticas discursivas. Os discursos pós-modernos são todos (des)construtivos, já que procuram distanciar-nos de, e tornar-nos cépticos acerca das crenças relativas à verdade, ao conhecimento, ao poder, ao *self* e à linguagem que é utilizada e que serve para a legitimação da cultura ocidental contemporânea (Flax, 1990). Argumentam que a modernidade já não é mais uma força para a libertação e sim uma fonte de subjugação, opressão e repressão (Bordo, 1990, 1992; Rosenau, 1992). Os pós-modernistas tornaram o convencional em arbitrário e promoveram a teoria e a política da descrença face à linguagem dos direitos, à racionalidade, aos interesses e à autonomia como características do *self* humanista que legitimava a vida social moderna (Di Stefano, 1990). Pode-se dizer que com o pós-modernismo caíram “os mitos da verdade e da uniformidade” (Villegas, 1992, p. 6).

O pós-estruturalismo

O centro de gravidade de estruturalistas quer de pós-estruturalistas situa-se nas humanidades e na linguística; vêm a linguagem como sendo fundamentalmente um fenómeno social, assumem-se como anti-humanistas, por isso são não essencialistas, rejeitando por isso a ideia de um *self* coerente e unificado (Burr, 2003). Assumem que a linguagem é realmente o lugar onde as identidades são construídas, mantidas e mudadas (Flax, 1990), daí a ênfase na força construtiva da linguagem na interacção social mas também na linguagem como sendo o foco da mudança, quer social quer pessoal.

Através da insistência na linguagem como fonte para o significado da experiência, estruturalistas e pós-estruturalistas deslocaram o centro de atenção, da pessoa individual para a esfera social.

O ponto de partida do estruturalismo para o pós-estruturalismo é a ideia de que o significado não é fixo. O argumento de que os significados associados à linguagem nunca são

fixos, mas abertos a questionamento, contestáveis, e temporários, é fundamental para o pós-estruturalismo e tem grandes implicações para a compreensão de pessoa, de identidade e das possibilidades de mudança social e pessoal. Palavras, frases, poemas, livros, anedotas, etc., podem mudar o seu significado ao longo do tempo, de contexto para contexto, e de pessoa para pessoa. O significado é sempre contestável: isto quer dizer que em vez da linguagem ser um sistema de sinais com significados fixos com os quais todas as pessoas concordam, é um lugar de variabilidade, desacordo e potencial conflito. E quando se fala de conflito, está-se a lidar inevitavelmente com relações de poder. Assim, na visão pós-estruturalista da linguagem, o falar, escrever e os encontros sociais são locais de lutas e conflitos, onde as relações de poder se manifestam e se contestam (Burr, 1995).

Em síntese, a linguagem produz e constrói a experiência pessoal. Não é o simples efeito de reflexo no “espelho”, ideia subjacente à tradicional filosofia humanista ocidental.

Teoria Crítica – a crítica ideológica

A Teoria Crítica teve a sua origem no trabalho de um grupo alemão frequentemente designado por Escola de Frankfurt, que, por volta dos anos 1920, assim designavam a sua abordagem específica para interpretar a teoria marxista. Os primeiros teóricos foram Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Numa segunda fase por volta dos anos 1930, os teóricos críticos abandonaram uma posição política especificamente marxista, apesar da sua contínua oposição aos efeitos destrutivos do capitalismo. Numa terceira fase, sob a liderança de Habermas por volta dos anos 1960, deu-se uma revisão e revitalização radical, continuando a assumir grande relevância enquanto crítica às formas emergentes do capitalismo avançado.

O termo “Teoria Crítica” tem sido utilizado por diferentes autores para identificar uma abordagem contrastante, quer das formas de “teoria tradicional” que pretendem emular o objectivismo naturalístico das ciências naturais, quer de uma abordagem metodológica positivista. De uma forma geral, a crítica ideológica pretende “pôr a descoberto” os enviesamentos valorativos³ subjacentes às reivindicações de verdade e razão. A Teoria Crítica sugere a necessidade de uma ciência social alternativa, que tenha em atenção a natureza da sociedade como uma totalidade histórica, e não um agregado de determinantes mecânicos ou funções abstractas. Esta abordagem não pode ser livre de “valor” do ponto de vista da contemplação da realidade social. Pelo contrário, deve estar ligada ao processo da sua transformação. Esta noção é particularmente valorizada por psicólogos/as sociais preocupados/as com a justiça social enquanto valor e prática (Fox & Prilleltensky, 1997; Nelson & Prilleltensky, 2005; Prilleltensky & Nelson, 2002).

Assume-se actualmente que não existe uma única teoria crítica e que muitos autores em diferentes disciplinas podem

assumir-se como teóricos críticos (Morrow, 1994). No entanto, existem algumas características que unem essas diferentes perspectivas: a) crítica ao positivismo nomeadamente à ideia de objectividade científica e de neutralidade; b) crítica às instituições sociais existentes; c) demonstrar que aquilo que surge como “natural” e “eterno” são apenas meras produções sociais; e d) a proposta de algumas linhas de acção para a libertação social e individual (Azevedo, 1995). Referem que os interesses dominantes, quer políticos quer sociais, modelam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sendo discutível a sua “autonomia” e a sua neutralidade (Morrow, 1994) e que a promessa de uma abordagem crítica, em qualquer disciplina científica, será sempre baseada na reflexividade e no constante auto-questionamento (Azevedo, 1995), devendo assumir-se questões normativas, isto é de valores.

A maior parte dos/as estudiosos/as do discurso nas diferentes áreas e particularmente na psicologia social denominam-se claramente de “críticos” já que “*estão interessados essencialmente na maneira como o poder, a dominação e a desigualdade social são estabelecidos, reproduzidos e combatidos através do discurso*” (Van Dick, 2004, p. 12).

Foucault – a crítica social

A força das críticas ideológicas (provenientes essencialmente da Teoria Crítica) à racionalidade e à objectividade é aumentada por um terceiro movimento, a crítica social, de importância capital para a emergência do discurso e da AD em particular. Para este movimento crítico social é fundamental o trabalho de Michel Foucault (1972, 1979). A obra de Foucault é sem dúvida uma das mais influentes do passado século XX. Qualquer um dos temas que foram objecto do seu interesse teve como consequência uma mudança radical, mudança tanto na própria definição do campo, como na abordagem, nas estratégias e nas formas de conceitualização. Tudo isso pode ser dito de pelo menos três de seus interesses: o discurso, o poder e as relações poder/saber e a produção de subjectividade. (Iñiguez, 2004).

Foucault (1979) vê o poder não como uma posse de alguns, mas como um efeito do discurso. Definir o mundo ou uma pessoa de determinada maneira, poder-se comportar face a ela de determinada forma, é exercer poder. Porque se define ou representa algo de uma maneira particular produz-se um “saber” particular que traz consigo poder. Este poder não está necessariamente associado à força repressiva. Ele é tanto mais produtivo (mais eficaz), enquanto “produtor” de saber. Foucault chama a atenção para a emergência de uma série de práticas culturais e institucionais que têm como produto “o indivíduo” actual. Mudanças na natureza da sociedade, trouxeram consigo práticas sociais que permitiram a emergência de certos discursos (ou saberes). Esses discursos “produziram” o indivíduo da sociedade ocidental contemporânea: uma pessoa que sente que tem necessidades, motivações, traços e características e cuja livre escolha é monitorizada pela consciência. Esses saberes são muito poderosos, já que controlam eficazmente (porque sem recurso à força) a sociedade e os seus membros, através do que Foucault designa por “poder disciplinar”.

Institui-se, assim, a prática da vigilância que segundo Foucault pode ser ilustrada pela invenção de Bentham do

3 Os filósofos tradicionais fazem uma distinção lógica entre questões empíricas (científicas) e normativas (valores), sugerindo que enquanto as primeiras podem ser construídas e validadas de forma científica, tal não acontece com as últimas (Morrow, 1994). Durante grande parte do século, tanto cientistas como filósofos empiricistas procuraram manter as ciências fora do debate moral, a tarefa das ciências seria fornecer apenas descrições objectivamente correctas para os problemas em estudo.

Panopticon no século XIX⁴. Esta prática de vigilância foi internalizada por todos os vigiados (todos os membros da sociedade), provocando a auto-monitorização e o auto-controlo, em função dos cânones da normalidade.

Na psicologia, o termo *psy-complex* (Rose, 1990) é utilizado para caracterizar esta ligação poder-saber. O *psy-complex* é a rede de teorias e práticas da psicologia que cobre as diferentes formas pelas quais as pessoas são categorizadas, observadas e reguladas, na cultura moderna ocidental. Este *psy-complex* é parte de um “regime de verdade” particular que torna significativo o que dizemos e experienciamos sobre o *self* a “personalidade” e as “atitudes”. Mas ao mesmo tempo existe sempre espaço para resistência, o que muitas vezes se pode assemelhar aos contra discursos de Foucault (Parker, 2002). Nesta perspectiva, a prática da psicologia surge, não como um projecto libertador, mas como uma peça na engrenagem da máquina do controlo social. Para a prática da vigilância é necessária informação acerca das pessoas para depois ser usada com o fim de estabelecer normas de “saúde” ou de comportamento “moralmente aceitável”, normas face às quais as pessoas são avaliadas ou se avaliam a si próprias. Toda essa informação acerca das pessoas acaba por as controlar (sob a capa de servir os seus interesses), porque se apresenta com a designação de “ciência”, e por isso com autoridade de saber.

A ligação saber/poder constitui parte fulcral da crítica social à ciência tradicional. O poder conceptualizado desta maneira não é uma propriedade de uma pessoa ou grupo, é algo que qualquer pessoa pode exercer através do discurso. Se algum poder está disponível para ser exercitado por cada pessoa, e pode ser usado na mudança social assim como na mudança pessoal, as pessoas têm a possibilidade de mudar através da resistência. Apesar da influência de Foucault ser importante para a maioria dos/as analistas dos discursos de diferentes concepções, ela é fundamental para a concepção da Análise Crítica do Discurso (ACD) da qual falaremos adiante

Em síntese, estas influências agora apresentadas se consideradas de forma interligada, podem ser concebidas como fontes de inspiração para muitas das diferentes concepções da AD que existem e que são actualmente cada vez mais populares na pesquisa em psicologia social. Como se viu, a viragem dos/as psicólogos/as foi inspirada pelas teorias e investigação que emergiram dentro de outras disciplinas, mas onde o foco na linguagem foi considerado fundamental. Desde os anos 1950 que filósofos, teóricos da comunicação, historiadores e sociólogos, entre outros, se tornaram cada vez mais interessados na linguagem como *performance* social. O pressuposto de que a linguagem nos proporciona um conjunto não ambíguo de símbolos, que nos permitem nomear os estados internos com os quais descrevemos a realidade exterior, começou a ser desafiado (Willig, 2003). Pelo contrário, a linguagem foi reconceptualizada como produtiva; isto quer dizer que a linguagem era vista como construtora de versões da realidade social, e era vista como alcançando

objectivos sociais (Van Dick, 2004). O foco da investigação deixou de ser o(s) indivíduo(s) e as suas intenções e volta-se para a linguagem e o seu potencial produtivo (Burr, 2003). A filosofia de Wittgenstein, a teoria de *speech-act* de Austin e os estudos históricos de Foucault sobre as práticas discursivas são importantes exemplos desta mudança (Willig, 2003). No entanto, a psicologia continuou relativamente intocada por estes desenvolvimentos intelectuais durante os anos 1950 e 1960. Mas, nos anos 1970, a psicologia social começou a desafiar o cognitivismo na psicologia (Gergen, 1982), e nos anos 1980 dá-se uma viragem para a linguagem conquistando um importante espaço na psicologia social em particular. Surge assim o campo da AD.

Diferentes Concepções de AD na Pesquisa em Psicologia Social

Os termos discurso e AD estão a ser cada vez mais usados na psicologia social. Isto implica que as diferentes concepções sejam abordadas, já que podem ter significados diversos dependendo das tradições teóricas dos autores que as utilizam (Burr, 1995). Como foi referido na introdução, este domínio é actualmente muito vasto e complexo, o que torna difícil dar uma definição única e simples de AD (Antaki & cols., 2003; Iñiguez & Antaki, 1994; Iñiguez, 2004; Potter & Wetherell, 1987; Taylor, 2001; Wetherell & cols., 2001).

A confusão de terminologia deve-se à abundância de trabalhos que começaram a surgir, que têm diferentes perspectivas teóricas (Potter & Wetherell, 1987), diferentes orientações, por exemplo mais linguísticas ou mais psicossociológicas (Iñiguez & Antaki, 1994). A existência de tensões entre diferentes perspectivas tem sido debatida nos diferentes livros de autor mas também de forma muito particular e significativa nas páginas da revista *Discourse & Society* (Billig; Schegloff; Wetherell; Stokoe & Smithson citados por Antaki & cols., 2003). Também se podem encontrar-se resumos gerais sobre AD em diversos trabalhos (Coyle; Gill; Potter & Wetherell; Potter; Wood & Kroger; Wooffitt, citados em Antaki & cols., 2003)

Face a esta diversidade, tornou-se um lugar comum na psicologia social dos últimos anos distinguir estilos de AD (Van Dick, citado por Iñiguez, 2004; Antaki,; Burman & Parker; Parker; Widdicombe & Woollitt, citados por Wetherell, 1998). Diferentes autores apontam diferentes tradições e ou concepções de AD. A Teoria dos Atos de Fala, a Sociolinguística Interaccional, a Etnografia da Comunicação, a Pragmática, a Análise Conversacional, a Análise da Variação, a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso são concepções referidas por Iñiguez (2004), apesar de ele próprio nesse trabalho apenas apresentar quatro das apontadas. Há autores que pretendem dividir de forma mais simples as diferentes concepções e falam de versão *dark* e *light* (Danzinger, 1997) ou AD tipo *micro* e *macro* (Burr, 2003).

Neste artigo seguimos a proposta de Wetherell e cols. (2001) que sugerem quatro concepções principais de AD na psicologia social: Análise do Discurso Sociolinguística, a Análise Conversacional, a Psicologia Discursiva e a Análise Crítica do Discurso (ou Análise Foucaultiana) como sendo as perspectivas mais apresentadas mas, mesmo assim, nem sequer exaustivas do tipo de pesquisa que se realiza. No entanto, apesar de seguirmos esta sugestão faremos referência

4 Esta invenção que nunca chegou a ser posta em prática, consistia na ideia das celas prisionais serem dispostas à volta de uma torre de vigia, onde um supervisor podia manter vigilância, sem esta ser notada pelos prisioneiros. Esta disposição permitiria que os próprios reclusos monitorizassem o seu próprio comportamento já que nunca sabiam quando estavam a ser vigiados.

relativamente mais pormenorizada às duas últimas abordagens, por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, por serem as mais comuns na psicologia e na psicologia social e em segundo lugar, pelo nosso posicionamento pessoal (Nogueira, 2001) que se aproxima mais da última abordagem – a Análise Crítica do Discurso (ACD).

A abordagem sociolinguística

Nesta abordagem apresentada, a abordagem sociolinguística é a variação e a imperfeição da linguagem como um sistema, que constitui o foco de interesse (Taylor, 2001). Os pesquisadores estudam a variação da linguagem em uso, pretendem descobrir como esta varia para posteriormente relacionar essa variação com diferentes situações sociais, contextos ou personagens. Os analistas do discurso nesta abordagem, focalizam-se prioritária e essencialmente na própria linguagem (ver referência a esta abordagem em Iñiguez, 2004 e Stubbe, Johilderm, Vine, Marra, Holmes & Weatherall, 2003).

A análise conversacional

Na segunda abordagem, a análise conversacional, o foco centra-se na actividade do “uso da linguagem”, mais do que na própria linguagem em si mesma. Estuda-se a linguagem como um processo, investigando-se o explícito e implícito, aberto ou silenciado das interacções (normalmente conversações) entre pelo menos duas partes, ou procuram-se padrões produzidos pelas personagens usadoras da linguagem (Antaki & Díaz, 2004). Nesta abordagem, os analistas estão mais interessados no “uso” do que na linguagem em si mesma, daí que a interacção entre pessoas se torne o ponto de interesse primordial. Os padrões podem ser identificados em termos de uma sequência de contribuições para uma interacção ou uma espécie de guião típico. Esta abordagem implica um posicionamento específico relativo ao personagem que usa a linguagem: ele ou ela não são agentes livres ou isolados para usar a linguagem e atribuir significado ou decodificar significados de forma a comunicarem. A contribuição de uma pessoa segue-se à contribuição de uma anterior e, por isso, é inevitavelmente modelada por ela. Além disso, o significado será criado no seio e no decorrer da interacção: o “usador” da linguagem está por isso constrangido pelo contexto interactivo (para maior profundidade ler Billig, 1999; Hutchby & Wooffitt, 1998; Psathas & Anderson, 1990; Stokoe & Smithson, 2001; Ten Have, 1999; Wetherell, 1998).

A psicologia discursiva

A terceira abordagem tem frequentemente designações distintas. Repertórios interpretativos (Potter & Wetherell, 1987, 1992; Potter & cols., 2002), versão micro (Burr, 2003; Staiton Rogers, 1998), Análise do Discurso na Psicologia Social (Wood & Kroeger, 2000) ou Psicologia Discursiva (Iñiguez, 2004; Parker, 2002; Wetherell, Yates & Taylor, 2001) são designações frequentes. Independentemente da designação que se adopte, os analistas procuram padrões na linguagem associados a determinado tópico ou actividade; isto é, procuram famílias de termos específicos e significados com eles relacionados. Por exemplo, um estudo pode foca-

lizar-se na linguagem associada a uma ocupação particular, como por exemplo a enfermagem ou a psicologia, ou a um determinado tema como o racismo (Potter & Wetherell, 1992). Interessa aos analistas identificar os padrões na linguagem que se encontram associados. Esta abordagem chama atenção para novos termos que permitem às pessoas falar de coisas novas. Esta abordagem entende a linguagem como situada dentro de um contexto social e cultural, e não apenas nas interacções.

Para Potter e Wetherell (1987), os indivíduos não são apenas o produto do seu ambiente agindo em função das escolhas dos repertórios interpretativos disponíveis. Assumem que o único processo psicológico que deve ser tomado em consideração é o desejo de ter “voz” e de negociar uma posição moral viável. Pretendem, assim, desvalorizar os fenómenos geralmente designados por intra-psíquicos, porque situados no interior dos indivíduos, e recolocá-los na esfera do social, no domínio do interpessoal (Burr, 1995). Potter e os seus colaboradores (Potter & Wetherell, 1987, 1992; Potter & cols., 2002) referem essencialmente o conjunto de termos, lugares comuns e descrições usadas em construções gramaticais e estilísticas específicas (noção de repertório interpretativo) (Spink & Freeza, 1999), daí que a sua proposta seja mais no uso da linguagem ancorando-se preferencialmente na tradição da etnometodologia.

Pode-se dizer que os repertórios interpretativos são recursos discursivos gerais que podem ser usados para construir versões de acontecimentos, acções, processos internos, justificações de certas práticas, etc. Podem, ainda, ser encarados como conjuntos de termos relacionados entre si e usados com uma certa coerência gramatical e estilística, e que geralmente se organizam em torno de uma ou mais metáforas centrais (Potter & Wetherell, 1987). Tendo em conta que não existe qualquer conteúdo psicológico interno nos indivíduos que comande os seus comportamentos, os repertórios interpretativos são ferramentas, que não estão localizadas nos indivíduos, mas que estes usam, conforme os recursos sociais e culturais disponíveis, para os seus próprios fins.

Nesta perspectiva, os indivíduos são encarados como “utilizadores de Discurso” (Burr, 1995), isto é, os indivíduos usam e manipulam a linguagem e o discurso para os seus próprios fins. Potter e Wetherell (1987) designaram o conceito de repertório interpretativo como uma forma de compreensão dos esquemas linguísticos que os indivíduos utilizam na construção das descrições dos acontecimentos. Os repertórios interpretativos são, portanto, os “blocos de construção” que os indivíduos utilizam para construir versões das acções, dos processos cognitivos e doutros fenómenos. Qualquer repertório particular é constituído por um número restrito de termos usados de uma forma gramatical e estilística específica, podendo surgir de algumas metáforas.

Segundo Burr (1995), os repertórios interpretativos podem ser encarados como um tipo de ferramenta que os indivíduos utilizam para os seus próprios fins. Quando existe consistência nas descrições, esta não está localizada no indivíduo que fala, mas na existência de um repertório que todos usam. Deste modo, os repertórios não pertencem aos indivíduos, são pelo contrário, uma espécie de recurso social, disponível para todos os que partilham uma linguagem e uma cultura. Nesta perspectiva, os indivíduos são participantes activos da vida social, ocupados em construir descrições (para vários fins), mas sem que exista nenhum conteúdo psicológico interno

nos indivíduos que dirija os seus comportamentos (Potter & Wetherell, 1987). O contexto específico e funcional no qual a fala ou o discurso é mobilizado em situações específicas, é particularmente tido em atenção.

Segundo Staiton Rogers (1998) e Vivien Burr (2003) esta abordagem implica uma análise do micro-discurso. Procura-se determinar quais as funções discursivas da linguagem que são usadas em diferentes situações. Apoiar-se, geralmente, no discurso falado. Estes autores designam este tipo de análise de micro-análise porque consiste num escrutínio detalhado de pequenos excertos de texto. As questões são do tipo: quem é esta pessoa, o que é que esta parte do discurso procura alcançar e que discurso (ou repertórios) são usados para isso? Se as questões de poder são aqui referidas, são encaradas como um efeito do discurso, um efeito do facto de se ter “autorização a ter voz” nas interações (Gergen, 1994). Os autores ingleses como Antaki, Edwards, Harré Potter, Wetherell, frequentemente denominados como sendo o grupo de Loughborough, são os mais próximos desta perspectiva, apesar de alguns deles estarem também associados à Análise Conversacional.

A análise crítica do discurso

A quarta abordagem, a Análise Crítica do Discurso (ACD) (Iñiguez, 2004; Wetherell & cols., 2001; Willig, 2003; Wood & Kroeger, 2000), ou versão macro (Burr, 2003), ou Análise Foucaultina do discurso (Willig, 2003) procura igualmente padrões, mas dentro de contextos mais amplos, associados a questões societárias ou com a cultura. Esta abordagem da AD foi introduzida pela psicologia anglo-americana nos finais dos anos 1970 (Willig, 2003). Um grupo de psicólogos/as que foram influenciados pelas ideias pós-estruturalistas, mais precisamente pelo trabalho de Michel Foucault (essencialmente com as relações entre poder/saber e conhecimento), assim como com as perspectivas provenientes da Teoria Crítica (Van Dick, 2004), começaram a explorar a relação da linguagem com a subjectividade e as suas implicações para a investigação psicológica (Willig, 2003). Foucault (1972) usa o termo discurso quer para sugerir diferentes formas de estruturar as áreas do conhecimento e práticas sociais, quer para se referir ao desenvolvimento mais amplo e histórico das práticas linguísticas. Devido ao seu carácter construtivo da realidade social, o discurso tem um efeito decisivo no modo como se configura o mundo social (Llombart, 1995). As práticas discursivas são afinal práticas sociais, produzidas através de relações de poder concretas, numa época determinada. Estas relações, por seu lado, apontam para certos efeitos que regulam e controlam a ordem social.

A ACD preocupa-se com a linguagem e com o seu papel na constituição da vida social e psicológica. A partir de um ponto de vista Foucaultiano, os discursos facilitam e limitam, permitem e constroem o que pode ser dito, por quem, quando e onde (Parker, 1992). Aqui o discurso pode ser definido como conjunto de afirmações que constrói objectos e uma gama de posicionamento/posições do sujeito (Parker, 2002). Por seu turno, estas construções disponibilizam certas formas de ver o mundo e certas formas de ser no mundo. O discurso oferece posições do sujeito que quando assumidas têm implicações para a subjectividade e experiência. Por exemplo, dentro de um discurso biomédico, aqueles que experienciam

uma doença ocupam a posição de sujeito “paciente”, que os coloca como recipientes passivos de um perito em saúde durante a trajectória do processo de cura. O conceito de posicionamento recebeu uma maior atenção nos últimos anos (Harré & Langenhove, citados por Willig, 2003).

O discurso, tal como é usado na Análise Crítica do Discurso, refere-se assim, a sistemas estruturados de figuras de discurso, termos e metáforas (Burman & Parker, 1993). Diz respeito aos “*patterns of meaning which organize the various symbolic systems human beings inhabit, and which are necessary for us to make sense to each other*” (Parker, 1998, p. 3). Nesta abordagem, as preocupações centram-se essencialmente nas questões da identidade, *selfhood*, mudança social e pessoal e relações de poder (Parker, 1992).

A ACD também se preocupa com o papel do discurso em processos sociais mais amplos de legitimação e poder. Dado que os discursos tornam disponíveis formas de ver e formas de ser, eles estão fortemente implicados no exercício do poder (Willig, 2003). Os discursos dominantes privilegiam as versões sobre a realidade que legitimam as relações de poder existentes e as estruturas sociais. Alguns discursos estão de tal forma enraizados que é difícil ver como é que podemos desafiar-los. Eles tornaram-se “senso comum”. Ao mesmo tempo, é devido à natureza da linguagem que são sempre possíveis construções alternativas e que os contra-discursos podem de facto emergir, daí a importância a possibilidade de resistência (Llombart, 1995). Os/as analistas de discurso nesta concepção, também tomam em consideração a perspectiva histórica e exploram as formas como os discursos têm mudado ao longo dos tempos, e como é que eles podem ser moldados pelas subjectividades históricas (ver também Rose, 1990). Finalmente, esta versão de ACD presta atenção à relação entre discursos e instituições, já que estes (discursos) estão ligados a práticas institucionais – isto é, com formas de organizar, regular e administrar a vida social. Deste modo, enquanto que alguns discursos legitimam e reforçam as estruturas sociais e institucionais, estas estruturas, por seu turno também apoiam e validam estes discursos. Por exemplo, ser posicionado como “paciente” dentro do discurso biomédico significa que o seu corpo se torna objecto de interesse legítimo para os médicos e enfermeiros, que pode ser exposto, tocado e invadido no processo de tratamento que faz parte da prática médica e das suas instituições (Parker, 1992).

A ACD está também preocupada com a linguagem e com o uso da linguagem; contudo, o seu interesse na linguagem vai para além dos contextos imediatos dentro dos quais ela pode ser utilizada pelos sujeitos que falam. Por isso, ao contrário da psicologia discursiva que está primariamente preocupada com a comunicação interpessoal, a ACD coloca questões sobre a relação entre discurso e a forma como as pessoas pensam ou sentem (subjectividade), o que podem fazer (práticas) e as condições materiais dentro das quais ocorrem tais experiências.

Nesta abordagem tem que se ter em consideração os discursos como sendo meios fluidos em mudança nos quais os significados são criados e contestados. O “usador” da linguagem não é um comunicador separado, e auto-suficiente que manda e recebe informação, pelo contrário está sempre localizado, imerso no meio e lutando para ter a sua posição social ou cultural tomada em atenção. Enquanto na abordagem da análise conversacional se entendia os “usadores” da

linguagem como constrangidos à interação e ao contexto, nesta abordagem este constrangimento é ainda superior já que as pessoas não são livres agentes mas apenas indivíduos fortemente constrangidos nas suas escolhas de linguagem, logo de acções, mesmo que esta não seja completamente e estaticamente determinada. Assim, nesta abordagem, a análise é essencialmente do macro-discurso (Staiton Rogers, 1998): a preocupação incide essencialmente na natureza colectiva do discurso, ou seja, atribui-se menos importância àquilo que o indivíduo diz, num determinado contexto particular e mais importância ao modo como o discurso lida com os recursos sociais e culturais que são usados nas actividades humanas (Parker, 1992). A questão é de saber relativamente a determinados tópicos quais são os discursos disponíveis, como se desdobram e para que é que eles servem.

Como o foco desta abordagem reside nas questões de poder, a perspectiva macro está especialmente interessada em analisar várias formas de desigualdades sociais, tais como o género, a raça e a etnicidade, deficiência ou doença mental, com a perspectiva de transformar a pesquisa e as práticas, isto é a ACD dá ênfase àquelas acções “*que se põem em prática através do discurso, como o abuso do poder, o controlo social, a dominação, as desigualdades sociais ou a marginalização e exclusão sociais*” (Iñiguez, 2004, p. 118).

Esta abordagem, impulsionada pelo trabalho de Foucault, influencia essencialmente o trabalho de Ian Parker (1992, 1994, 1998), Norman Fairclough (1989, 1992) de Carla Willig (1999, 2003) na Inglaterra entre outros/as, e de Rose (1990) nos EUA.

Em Jeito de Conclusão...

Em síntese, a AD hoje é multi e interdisciplinar. Esta situação pode muitas vezes induzir em confusão, principalmente para quem começa a dar os primeiros passos nestas abordagens, já que estas diferentes abordagens diferem em muitas dimensões, dimensões essas que são fundacionais logo fundamentais, e também metodológicas (Wood & Kroeger, 2000). Essas dimensões incluem orientações face à linguagem, como acção ou como tópico em si mesma, na definição dos termos, na natureza e papel da teoria, na natureza das questões de pesquisa, no tipo de dados (material) que é utilizado, na conceptualização e tratamento do contexto, na compilação da informação (dados), na amostra, na transcrição, na categorização, nos níveis de análise, nas proclamações dos resultados e interpretações realizadas.

No entanto, é importante assinalar que o impacto a AD (nas suas diferentes concepções) tem tido na psicologia social nas últimas décadas é assinalável, tendo deixado de ser uma perspectiva marginal desenvolvida por um pequeno número de académicos/as muito localizados (especialmente em Inglaterra) e está cada vez mais a ser assumida como perspectiva de eleição por muitos alunos/as de doutoramento em diferentes instituições. A crise na psicologia social relativa aos modelos e pesquisa de orientação positivista, mais descomprometidos com a realidade social em termos da assunção de valores, faz que com se possa encontrar um local de envolvimento especialmente importante nestas abordagens da AD. Muitos/as analistas do discurso (especialmente de ACD, mas não só) consideram que a sua tarefa, quando revelam como o discurso actua, serve como forma de oposição e de acção social. Esta possibilidade

de envolvimento da pesquisa com a mudança social, sugere um potencial emancipador para a psicologia social que é francamente de valorizar.

Referências

- Antaki, C., Billig, M., Edwards, D. & Potter, J. (2003). El Análisis del discurso implica analizar: Crítica de seis atajos analíticos. *Athenea Digital*, 3, 14-35.
- Antaki, C. & Díaz, F. (2004). A Análise da conversação e o estudo da interação social. Em L. Iñiguez (Org.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 161-180). Petrópolis: Vozes.
- Azevedo, J. (1995). *Systemic-constructivist theory and the couple: theoretical and methodological study*. Tese de Doutorado, Cardiff University, Cardiff.
- Billig, M. (1999). *Freudian Repression: conversation creating the unconscious*. Cambridge: Cambridge University Press
- Bordo, S. (1990). Feminism, postmodernism and gender-scepticism. Em L. Nicholson (Org.), *Feminism/Postmodernism* (pp. 133-154). New York: Routledge.
- Bordo, S. (1992). Review Essay: Postmodern subjects, postmodern bodies. *Feminist Studies*, 18(1), 159-175.
- Burman, E. & Parker, I. (1993). *Discourse Analytic Research*. New York: Routledge.
- Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- Burr, V. (2003). *Social Constructionism*. London: Routledge.
- Danziger, K. (1997). The varieties of social construction. *Theory and Psychology*, 7(3), 399-416.
- Di Stefano, C. (1990). Dilemmas of difference: Feminism, modernity and postmodernism. Em L. Nicholson (Org.), *Feminism/Postmodernism* (pp. 63-82). New York: Routledge.
- Fairclough, N. (1989). *Language and power*. London: Longman.
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Flax, J. (1990). *Thinking fragments: Psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1972). *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock.
- Foucault, M. (1979). *The History of sexuality*. London: Allen Lane.
- Fox, D. & Prilleltensky, I. (1997). *Critical Psychology: An Introduction*. London: Sage
- Gergen, K. J. (1982). *Toward transformation in social knowledge*. London: Sage Publications.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships. Soundings in Social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gracia, T. I. (2004). O “giro” linguístico”. Em L. Iñiguez (Org.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 19-49). Petrópolis: Editora Vozes.
- Howarth, D. (2000). *Discourse*. Buckingham: Open University Press
- Hutchby, I. & Wooffitt, R. (1998). *Conversation analysis: Principles, practices and applications*. Cambridge: Polity Press.
- Iñiguez, L. (2004). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jorgensen, M. & Phillips, L. (2002). *Discourse analysis as theory and method*. London: Sage Publications.
- Llombart, M. (1995). Discurso, orden social y relaciones de poder: una propuesta y su ejemplificación en el discurso sobre la maternidad. *Revista de Psicología Social Aplicada*, 5(1/2), 165-184.

- Lyotard, J. F. (1989). *A Condição pós-moderna*. Viseu: Gradiva.
- Morrow, R. A. (1994). *Critical theory and methodology*. London: Sage Publications.
- Nelson, G. & Prilleltensky, I. (2005). *Community psychology. In pursuit of liberation and well-being*. New York: Palgrave Macmillan.
- Nogueira, C. (2001). *Um Novo olhar sobre as relações sociais de gênero. Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Parker, I. (1992). *Discourse dynamics: critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Parker, I. (1997). Discursive psychology. Em D. Fox e I. Prilleltensky (Orgs.), *Critical Psychology: An Introduction* (pp.284-298). London: Sage Publications.
- Parker, I. (1998). *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage Publications.
- Parker, I. (2002). *Critical discursive psychology*. New York: Palgrave Macmillan.
- Potter, J., Wetherell, M., Gill, R. & Edwards, E. (2002). Discourse. Noun, verb or social practice? Em I. Parker (Org.), *Critical discursive psychology* (pp. 160-179). New York: Palgrave Macmillan.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology*. London: Sage Publications.
- Potter, J. & Wetherell, M. (1992). *Mapping the language of racism. Discourse and legitimation of exploitation*. London: Harvester Wheatsheaf.
- Prilleltensky, I. & Nelson, G. (2002). *Doing psychology critically. Making a difference in diverse settings*. New York: Palgrave Macmillan
- Psathas, G. & Anderson, T. (1990). The 'practices' of transcription in conversation analysis. *Semiotica*, 78, 75-99.
- Rose, N. (1990). Psychology as a "social" science. Em I. Parker & J. Shotter (Orgs.), *Deconstructing Social Psychology* (pp. -). London: Routledge.
- Rosenau, P. M. (1992). *Post-modernism and the social sciences. Insights, inroads and intrusions*. New Jersey: Princeton University Press.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. Em M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.
- Staiton Rogers, W. (1998, July) Not just doing DA, but doing something with it. Comunicação apresentada no Seminário *Discourse practice: Qualitative Developments in psychological Research*. Bolton: England.
- Stokoe, E. H. & Smithson, J. (2001). Making gender relevant: conversation analysis and gender categories in interaction. *Discourse and Society*, 12, 217-244.
- Stubbe, M., Johilderm, C., Vine, B., Marra, M., Holmes, J. & Weatherall, A. (2003). Multiple discourse analyses of a workplace interaction. *Discourse Studies*, 5(3), 351-388.
- Taylor, S. (2001). Evaluating and applying discourse analytic research. Em M. Wetherell, J. S. Yates & S. Taylor (Orgs.), *Discourse as Data* (pp. 311-330). London: Sage Publications.
- Ten Have, P. (1999). *Doing conversation analysis*. London: Sage.
- Van Dick, T. (2004). O giro discursivo. Em L. Iñiguez (Org.), *Manual de análise do discurso em ciências sociais* (pp. 7-14). Petrópolis: Vozes.
- Villegas, M. (1992). Analisis del discurso terapêutico. *Revista de Psicoterapia*, 10/11, 23-66.
- Wetherell, M. (1998). Positioning and interpretative repertoires: conversation analysis and post-structuralism in dialogue. *Discourse and Society*, 9, 387-412.
- Wetherell, M., Taylor, S. & Yates, J. S. (2001). *Discourse theory and practice*. London: Sage Publications.
- Willig, C. (1999). *Applied discourse analysis: social and psychological interventions*. Buckingham: Open University Press.
- Willig, C. (2003). Discourse Analysis. Em J. A. Smith (Org.), *Qualitative Psychology: A Practical Guide to Research Methods* (pp.159-183). London: Sage Publications.
- Wood, L. A. & Kroeger, R. O. (2000). *Doing discourse analysis: methods for studying action in talk and text*. London: Sage Publications.

Recebido em 06.06.2006

Primeira decisão editorial em 04.12.2006

Versão final em 08.02.2007

Aceito em 04.10.2007 ■